



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

sindrede.org.br

@sindredebh

@sindrede

Sind-REDE

Fale com o Sind-REDE/BH



(31) 98814-1168

Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro - Belo Horizonte / MG

MAIS DE

RS 700 MIL

EM PROPAGANDA
ENGANOSA!

O prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião (União), pode ter gasto mais de R\$ 700 mil para veicular propaganda induzindo a população a acreditar que o salário de professores é de R\$ 13 mil, **mas foi pego na mentira.**

Veja o edital do concurso publicado no dia 16 de junho de 2026 para professores com curso superior:



BELO HORIZONTE
PREFEITURA

DOM
Diário Oficial do Município

ANEXO I

CARGO, DISCIPLINA, HABILITAÇÃO EXIGIDA, ÁREA DE ATUAÇÃO, VAGAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTO INICIAL

Cargo	Disciplina/Especialidade	Habilitação Exigida	Área de Atuação	Número de Vagas	Vagas Ampla Concorrência	Vagas candidatos Negros	Vagas candidatos com deficiência	Jornada de Trabalho	Vencimento Inicial (janeiro/2026)
PROFESSOR MUNICIPAL	1º e 2º CICLOS	Curso de graduação em nível de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior	Escolas e serviços pedagógicos públicos municipais de ensinos fundamental e médio da Rede Municipal de Educação	36 (trinta e seis)	25 (vinte e cinco)	7 (sete)	4 (quatro)	22 horas e 30 minutos semanais	R\$ 3.660,96 (Três mil, seiscentos e sessenta reais e noventa e seis centavos)

Para receber próximo a estes R\$ 13 mil, o profissional de nível superior deve ter mais de 20 anos de carreira, dupla jornada com carga horária de 45h semanais e pelo menos trabalhar mais 15h, corrigindo provas, planejando e preenchendo planilhas.



Por que os trabalhadores em educação entraram em greve?

A greve, iniciada em 27 de abril, não se limitou a reivindicações salariais. A mobilização expôs a denúncia de um quadro mais amplo de precarização da educação pública em Belo Horizonte, marcado por falta de profissionais, cortes de recursos, ausência de transparência e avanço da privatização de serviços educacionais. Os trabalhadores e trabalhadoras em educação não tiveram alternativa além da greve.

Entre as principais reivindicações da categoria estavam:

aplicação do reajuste de 5,4% do Piso e definição de um cronograma de recomposição salarial para que o nosso salário recupere o mesmo valor, em relação ao piso nacional, que tinha no momento de sua implementação;

convocação de profissionais aprovados em concursos públicos;

divulgação transparente dos cargos vagos por unidade escolar;

garantia de que funções docentes não sejam substituídas por monitores, estagiários ou terceirizados;

ampliação do quadro de profissionais do Atendimento Educacional Especializado;

transparência nos recursos das escolas e nos contratos com OSCs;

garantia de condições adequadas para a inclusão escolar.

As duas greves se mostraram necessárias

Após a greve dos terceirizados, algumas conquistas foram alcançadas, mas a confusão gerada na transição de uma empresa para outra — com funcionários trabalhando sem contrato, alguns sem receber vale-transporte e vale-refeição, além da resistência em assinar os acordos coletivos — mostrou a desorganização e o descaso da Secretaria de Educação com as escolas. Em algumas unidades, a situação era tão caótica que trabalhadoras da direção tiveram que ir para a cantina organizar a merenda.

A greve dos concursados durou 45 dias, e se estendeu tanto pelo mesmo motivo que começou: a falta de diálogo.

Alguns avanços foram importantes, como a nomeação de mais de 400 professores, a garantia de que os docentes do tempo integral da educação infantil não seriam substituídos por monitores e a definição de que a elaboração pedagógica do atendimento das crianças com deficiência é de responsabilidade de professores concursados.

Por que trabalhadores terceirizados fizeram greve no início do ano?

Por valorização salarial e para que, na transição de uma empresa terceirizada para outra, não perdessem direitos.



MAS OS PROBLEMAS ESTÃO LONGE DE SER RESOLVIDOS

Até hoje faltam professores nas escolas, as empresas contratadas não garantem a substituição dos profissionais terceirizados (como os da cantina e do apoio ao educando) e o dinheiro continua

não chegando às escolas como deveria. Além disso, não existem professores de atendimento educacional especializado suficientes.



REPOSIÇÃO DA GREVE

A prioridade de Damião é punir os trabalhadores e não garantir o direito dos estudantes ou resolver os problemas das escolas

Para punir os trabalhadores grevistas, Damião cortou o salário dos terceirizados (que ganham pouco mais de um salário mínimo) e também dos concursados, além de se recusar a garantir a reposição dos 200 dias letivos para todos os estudantes, da educação infantil ao 9º ano, como a lei garante.

Além disso, a prefeitura não irá assegurar que os dias de reposição contem com a participação de todos os

trabalhadores grevistas. Atividades de reforço, na biblioteca e outras rotinas não serão garantidas. Eles ainda pretendem atrasar o início do ano letivo de 2027 e bagunçar todo o funcionamento das escolas, permitindo a existência de dois ou três calendários diferentes. O governo também descumpra a Lei Orgânica ao não permitir que a comunidade escolar decida o próprio calendário.

CADÊ

O DINHEIRO DA EDUCAÇÃO?



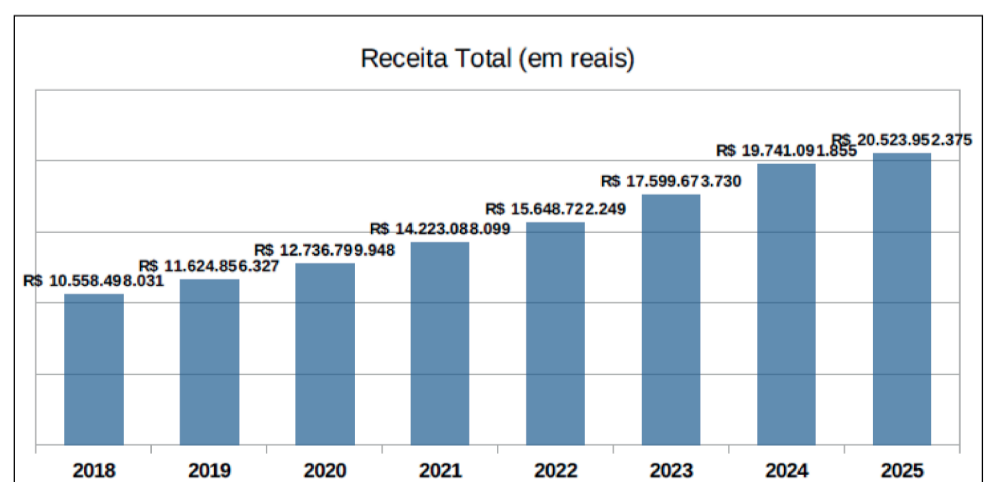
2026 é um ano marcado pela falta de professores, pelo corte de verbas para itens básicos nas escolas (como papel e toner), não pagamento de vale transporte e alimentação de terceirizados.

Somam-se a isso a entrega de material escolar de péssima qualidade, os cortes no transporte escolar convencional e no transporte acessível, além de escolas que necessitam de obras emergenciais e a desvalorização dos profissionais. Diante desse cenário, a pergunta "Onde está o dinheiro da Educação?" se impõe com ainda mais força e precisa ser respondida com urgência.

Essa é a verdade: a arrecadação da Prefeitura cresceu!



O dinheiro do município aumentou nos últimos anos. De acordo com o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), há mais recursos disponíveis no orçamento da cidade, considerando desde os impostos pagos pelos cidadãos até recursos obtidos por aluguéis, taxas e transações financeiras.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconfi. Elaboração: ILAESE

A PBH tem dinheiro, mas não quer investir nos trabalhadores da educação

Enquanto a arrecadação cresce, os servidores seguem reféns de salários insuficientes, perda de poder de compra e sobrecarga de trabalho. Em vez de fortalecer os serviços públicos e valorizar quem os mantém funcionando, a Prefeitura destina cada vez mais dinheiro público para contratos com empresas privadas.

Na evolução das despesas com pessoal entre 2018 e 2025, fica evidente que o maior crescimento nos gastos da PBH ocorreu nos contratos de terceirização. Esse setor registrou um aumento de mais de 179% no período pesquisado.

Fonte: Tesouro Nacional - Siconfi. Elaboração: ILAESE

Contratos de Terceirização na PBH

AUMENTARAM QUASE 200%

E tem mais: os gastos com transporte explodiram nos últimos anos na cidade, mas o transporte continua ruim. Para onde foi esse investimento?

Grande parte desse dinheiro foi destinada a subsídios e pagamentos às concessionárias de ônibus, sem melhorias para a população. E a educação? Enquanto bilhões são destinados às empresas privadas, os investimentos e a valorização dos trabalhadores da educação seguem insuficientes.

COMPOSIÇÃO	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2025/2019
Legislativa	1,54%	1,15%	1,52%	1,53%	1,50%	1,71%	1,78%	-13,50%
Administração	3,96%	3,89%	3,87%	4,01%	4,08%	4,59%	4,37%	-8,37%
Segurança Pública	2,35%	2,19%	1,94%	1,70%	1,70%	1,81%	1,67%	40,64%
Assistência Social	2,21%	2,31%	2,54%	4,10%	4,85%	3,77%	2,68%	-17,30%
Previdência Social	11,08%	10,60%	11,45%	11,30%	11,43%	11,51%	11,45%	-3,44%
Saúde	34,73%	34,15%	31,40%	34,99%	38,15%	36,47%	36,50%	-4,85%
Trabalho	0,02%	0,03%	0,02%	0,01%	0,27%	1,31%	0,51%	-95,67%
Educação	20,08%	19,23%	18,22%	17,64%	16,29%	17,71%	17,97%	11,78%
Cultura	0,60%	0,59%	0,56%	0,55%	0,57%	0,61%	0,60%	10,60%
Direitos da Cidadania	0,41%	0,23%	0,30%	0,35%	0,09%	0,09%	0,09%	543,58%
Urbanismo	3,68%	3,39%	4,95%	4,71%	3,33%	4,53%	4,25%	-13,48%
Habitação	0,98%	0,89%	1,13%	1,05%	1,22%	1,21%	1,30%	-34,67%
Saneamento	3,35%	3,03%	4,64%	4,41%	4,02%	4,20%	4,53%	-26,24%
Gestão Ambiental	0,95%	0,83%	0,85%	0,81%	0,83%	1,01%	1,01%	-5,30%
Ciência e Tecnologia	0,85%	0,82%	0,80%	1,10%	0,81%	0,90%	1,01%	-15,53%
Agricultura	0,15%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%	895,57%
Comércio e Serviços	0,38%	0,40%	0,46%	0,43%	0,37%	0,37%	0,40%	143,14%
Desporto e Lazer	0,18%	0,17%	0,20%	0,17%	0,17%	0,18%	0,20%	11,20%
Encargos Especiais (divida)	6,60%	6,95%	6,93%	7,08%	6,01%	5,71%	7,21%	-8,11%

Fonte: Tesouro Nacional - Siconfi. Elaboração: ILAESE

QUEM PREJUDICA A EDUCAÇÃO NO FINAL DAS CONTAS?

Não são os trabalhadores que prejudicam a educação quando lutam por professores em todas as turmas, verbas suficientes, inclusão de qualidade e valorização profissional.

Quem prejudica a educação é uma Prefeitura que mantém cargos vagos, reduz recursos das escolas, amplia a terceirização de serviços, encerra mesas de negociação, corta salários

e, ao mesmo tempo, usa recursos públicos para veicular propaganda com informação contra os servidores.

Os trabalhadores retornaram às escolas para dialogar com estudantes, famílias e toda a comunidade. Mas a luta continua pela reposição integral, pela devolução dos salários cortados e pelo cumprimento das conquistas obtidas durante a greve.



R\$ 13 mil é propaganda!

A realidade é de desvalorização, sobrecarga, salários insuficientes e defesa constante da escola pública.

Não aceite propaganda como informação. Busque diálogo com os trabalhadores da sua escola.